

# Como se

Gustavo Bernardo\*



## Abstract

he expression “as if”, which is recurrent in Wolfgang Iser’s theory, comes from the philosophy of Hans Vaihinger. Our article studies the significance of this expression to literary theory, establishing relations between this and skepticism.

**Keywords:** Skepticism, fiction, Hans Vaihinger.

***Mundus vult decipi,  
decipiatur ergo.***

**“O mundo quer ser enganado,  
portanto, que o seja”.**

---

\* Professor-Doutor de Teoria da Literatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A cínica proposição costuma ser atribuída ao Papa Paulo IV, que viveu no século XVI. O filósofo pode desfazer o cinismo ao ampliar o espectro da proposição, dizendo que o mundo deseja ser enganado: ou com o engano antes da razão, que é a poesia, ou com o engano depois dela, que seria a religião (Unamuno: 385). O engano, neste caso, se põe entre aspas para ser traduzido em dois outros qualificativos mais nobres: ficção e religião. A necessidade de o mundo ser enganado – “me engana que eu gosto”, lembra o comediante – é uma outra forma de apontar para a absoluta necessidade humana de ficção e de religião: de mitos, poesias, narrativas, e de ritos, rituais, igrejas.

A ficção atende a esta necessidade de maneira, digamos, “profissional”, vale esclarecer, sem disfarce. A Teologia, pelo próprio nome que se atribui, considera-se estudo legítimo do que É, ou seja, do Deus e Sua Circunstância; não se apresenta, na verdade não poderia fazê-lo, como um campo de ficções. Outros campos contemporâneos carregados de ficções, como a Política, o Direito e os *media*, necessariamente fingem que falam sempre a verdade, nada mais do que a verdade e somente a verdade. A ficção *stricto sensu*, no entanto, apresenta-se como tal – como ficção.

Por conta desta profissional do disfarce e da máscara que, paradoxalmente, não se disfarça de Verdade (embora muitos escritores, na centúria realista, tenham tentado afivelar no rosto a máscara da Ciência), muitos tendem a desvalorizar a ficção e a literatura, ao longo do tempo. Poderíamos dar alguns exemplos ilustres, mas nos ocorre um menos ilustre mas mais engraçado.

Numa dessas revistas de sala de espera de dentista, na seção “Consultório Psicológico”, um leitor angustiado pergunta: “Dr. César, gostaria de saber se a leitura de ficção prejudica o indivíduo e prejudica a vida prática”. O preocupado “Dr. César” responde:

*Quando o ser humano se envolve demais com ficção, talvez tenha dificuldade de se adaptar à realidade presente. Ficar fora da realidade pode vir por causa da fixação em ficção (excesso de leitura, filmes). Um jovem pode ler romances demais. Fixará então idéias românticas exageradas sobre o relacionamento homem-mulher, e isso o levará a ter uma expectativa “ficcionista” (fora da realidade) em relação ao casamento. Daí surgem problemas no relacionamento conjugal. Esse é o caso das pessoas que se surpreendem no casamento quando percebem que ele não é quase nada daquela idéia que faziam dele, justamente por uma fixação muito grande em idéias irrealistas sobre a vida conjugal e a felicidade no lar. Porém, parece que o problema principal que as leituras de ficção causam, quando freqüentes, é perturbar a pessoa na sua ligação com fatos da realidade, pois naquilo que uma pessoa mais se concentra, com isso mais ela se assemelha. E a vida é a realidade, não a ficção.*

O exemplo do casamento é emblemático, justificando a desilusão do cônjuge por uma ilusão prévia motivada pelo excesso de leitura de romances. No mínimo, desresponsabilizam-se as pessoas, porque a literatura é a culpada. O argumento supõe o limite de entretenimento, mero passatempo, para a ficção; para além desse limite, corre-se o risco de loucura. Embora Miguel de

Cervantes tenha satirizado esse argumento no primeiro grande romance de todos os tempos, *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha*, o doutor da revista da sala de espera o retoma sem pudor muitos séculos depois, até porque certamente não leu *Don Quijote* (ou, se leu, identificou-se com o cura e o barbeiro, que queimavam livros para salvar o amigo).

De outra parte, o fato de a ficção apresentar-se como tal, se a torna vulnerável, lhe empresta sua força, fazendo com que outros tantos a encarem como “mais real do que o real”. Muito do que chamamos “realidade” parece um sistema de repetições circulares que, antes de produzir significado, denega-o e, portanto, aliena. Para Wolfgang Iser, “a função da arte está em possibilitar o que o mundo do trabalho exclui: a realização do sentido” (em Costa Lima, 1983: 372). Compensa-se dessa maneira o *deficit* de sentido oriundo das relações de produção do mundo do trabalho, ou seja, dos processos que o são também de alienação. O ato de fingir – *tão completamente* – provoca uma repetição ou uma reescrita no texto da realidade, configurando nessa medida o imaginário: a realidade repetida ou retomada, consciente e não mecanicamente, se transforma em signo.

Semelhante estatuto do ficcional aponta para a crise da teoria do conhecimento na modernidade: “ao tentar dominar a ficção, ela se viu forçada a reconhecer como ficções as suas próprias bases” (em Costa Lima, 1983: 387). Mas reconhecer a base do conhecimento como ficcional provoca um curto-circuito na própria língua, se estamos habituados a opor os termos, estabelecendo por padrão o real como positivo e o fictício como negativo, apenas de vez em quando invertendo a polaridade: o fictício torna-se positivo, “literário”, enquanto que o real, a “dura realidade”, torna-se negativo.

Reconhecendo na ficção dimensão maior do que supõe o senso comum, Iser não opta, no entanto, por nominalismo radical. Sua aliança do fingimento com o imaginário não implica indistinção de campos mas sim potencialização do segundo termo: no ato de fingir, o imaginário ganha uma determinação que não lhe é própria e adquire, desse modo, atributo de realidade. A ficção, irrealizando o real e realizando o imaginário, transgride os limites entre os campos para, ao mesmo tempo: [1] dar as condições de reformulação do mundo formulado; [2] possibilitar a compreensão do mundo reformulado; [3] permitir que tal acontecimento soberano seja experimentado.

Quando autor e leitor encenam o real suspendendo a descrença, põem não só o texto como o mundo entre parênteses. Deixar o mundo entre parênteses implica que o mundo representado não será o mundo dado, mas deve ser percebido *como se* o fosse. A expressão “como se” é central na teoria de Iser: “pelo reconhecimento do fingir, todo o mundo organizado no texto literário se transforma em um *como se*”. (em Costa Lima, 1983: 400)

O texto, para se realizar, para alcançar o caráter de acontecimento, deve *irrealizar* o mundo, convertendo o imaginário em experiência, vale dizer, conduzindo o leitor a vivenciar o imaginário como real – ou até mesmo como mais-real-do-que-o-real: “o texto literário se origina da reação de um autor ao mundo e ganha o caráter de acontecimento à medida em que traz uma perspectiva para o mundo presente que não está nele contida” (Iser, 1996: 11).

Ainda quando o texto literário tenta copiar o mundo presente, ao repeti-lo o altera e o excede.

O texto, em conseqüência, deve ser encarado menos como documento do que como “reformulação de uma realidade já formulada”; o sentido de um texto “não é mais algo a ser explicado, mas sim um efeito a ser experimentado” (Iser, 1996: 16-34). A explicação e a interpretação não potencializam o sentido de um texto, antes o conduzem ao fracasso, o que deixa com os dias contados a função do crítico e do professor como mediadores do significado oculto dos textos ficcionais.

O componente relativista dessa teoria parece grande, deixando na mão de cada leitor o juízo sobre cada texto. Mas há um critério de avaliação: “a qualidade dos textos literários se fundamenta na capacidade de produzir algo que eles próprios não são” (Iser, 1996: 62). Iser faz eco a Proust, que supunha melhores os livros que não terminassem na última linha.

Nesta teoria, a catarse não pode ser entendida como uma identificação primária entre o leitor e determinado personagem, mas sim como um processo de reconhecimento de si mesmo como um alguém que há pouco não era, isto é, como um processo de produção de si mesmo: “a solução de conflitos só é capaz de desenvolver um efeito de catarse ao envolver o leitor em sua realização. A obra de arte dá satisfação ao receptor apenas quando ele participa da solução e não se limita a contemplar a solução já formulada” (Iser, 1996: 95).

O princípio estético para Wolfgang Iser é um “princípio vazio” que habilita o leitor a construir um mundo determinado não apenas pelo que até então lhe era familiar. O leitor se relaciona com o vazio preenchendo lacunas, ligando segmentos e negando os dados de acordo com as instruções codificadas no texto. O leitor é um jogador. Para Rosmarin Heidenreich, a teoria de Iser tem alto potencial emancipatório: na leitura nossas suposições convencionais são desfamiliarizadas, o que nos permite criticá-las e revê-las. Modificamos um texto com nossas estratégias de leitura ao passo que ele também nos modifica: é como se, ao lermos um livro, lêsemos a nós mesmos nos escrevendo (em Makaryk: 373).

Lemos *como se* fosse verdade, *como se* fôssemos outros, tornando o que lemos tão intenso que se torna mais real do que o real imediato, enquanto tornamo-nos de fato outros que não éramos antes da leitura. Já vimos como a expressão “como se” é central na teoria de Iser: “pelo reconhecimento do fingir, todo o mundo organizado no texto literário se transforma em um *como se*”. Esta expressão deriva de um filósofo esquecido, Hans Vaihinger, que dedicou boa parte da sua vida a escrever *Philosophie des Als Ob* – “A filosofia do como se”, publicada em 1911.

Vaihinger nasceu na Alemanha em 1852. Tornou-se especialista na obra de Immanuel Kant, chegando a fundar e dirigir a *Kant-Studien*. Organiza também os *Congressos do Como Se*, onde cientistas de todas as áreas discutem o papel da ficção na ciência e nas demais regiões do conhecimento humano. Para concluir sua *Habilitationsschrift*, escreve extenso manuscrito sobre uma teoria da ficção científica (não se tratava, ainda, de um estudo de *Jornada nas Estrelas*, mas sim sobre a presença capital da ficção nas ciências). Pretende desenvolver o sistema epistemológico de Kant, aprofundando os seus aspectos

de modéstia e ceticismo. Aceita *ipsis litteris* a lei formulada por Gruppe: “a nossa investigação científica é uma constante *regula falsi*; para empreender sua tarefa, ela precisa partir de algum pressuposto ou de alguma suposição que na seqüência procura corrigir e modificar” (em Vaihinger: 325).

Hans Vaihinger não concordava com a crescente convicção de parte dos professores universitários alemães de que a “nação de Kant” teria alcançado patamar civilizacional superior. Denuncia “a arrogância e altivez dos alemães” e prevê a Primeira Guerra Mundial, escrevendo em 1911 panfleto intitulado *Finis Germaniae*, apesar de lhe parecer impenetrável “a cegueira dos setenta milhões de alemães” (Vaihinger: 599). No mesmo ano, publica a primeira edição da *Philosophie des Als Ob*.

Segundo Johannes Kretschmer, que traduz Vaihinger para o português, nós determinamos as pressuposições teóricas que guiam a nossa prática. Como, desde Kant, sabemos não termos acesso direto ao mundo objetivo, não será a coincidência com ele que provará o êxito do pensamento, mas antes a possibilidade de calcular, por meio dos produtos lógicos, acontecimentos externos, de modo a provocar, na ação, o efeito desejado. A ficção, produção e produto lógico por excelência, produz o prognóstico e a organização dos fenômenos de um determinado objeto. Não há correspondência direta entre ficção e seu objeto real, ao contrário: a ficção contradiz o segundo ou é auto-contraditória. A ficção faculta calcular o real, o que não significa que descreva corretamente o real. Por princípio, o mundo das representações não possuiria valor epistemológico, mas prático:

*Fictio significa em primeiro lugar atividade de fingere, ou seja, criar (bilden), configurar (gestalten), elaborar, apresentar, dar forma artística; representar-se, pensar, imaginar, pressupor, esboçar, idear (ersinnen), inventar. Em segundo lugar, o termo significa o produto destas atividades, a pressuposição fingida, a invenção (Erdichtung), criação (Dichtung), o caso fingido (Vaihinger: 142).*

Ao pé da página, o filósofo propôs chamar todas as ficções propriamente científicas (o que não inclui a *science fiction*), isto é, todas as ficções criadas pela Matemática e pelas Ciências, de *ficções*, reservando o nome de *figmentos* para as ficções mitológicas e estéticas. Se adotássemos sua nomenclatura, o átomo seria uma ficção, enquanto que Pégaso ou Riobaldo seriam figmentos. Naturalmente, não endossamos sua proposição, que desvaloriza a literatura ao reservar o termo ficções tão-somente para as ciências, mas podemos pôr seu “deslize” na conta do cientificismo que o cercava – e que, de certo modo, ainda nos cerca.

Como exemplo do valor prático da ficção, Vaihinger cita a pressuposição, de Adam Smith, de que o egoísmo seria a única mola propulsora do comportamento humano. A noção de “egoísmo” acoplada à imagem da “mola” permite a Smith analisar as relações sociais, abstraindo conscientemente muitos outros fatores. Naturalmente, as duas ficções associadas no texto de Smith produzem conhecimento legítimo, concordemos com ele ou não. Este conhecimento, entretanto, pode degenerar, caso se esqueça a condição ficcional da mola que lhe serviu de partida. Se o egoísmo se torna um dogma para a sociologia liberal posterior, perde a energia criativa contida na ficção original.

Da mesma forma que a metáfora se gasta com o tempo até se tornar mera catacrese, ou seja, uma metáfora da qual se esqueceu a condição de imagem, ficções originais e necessárias da Ciência, da Religião, da Política e que tais se gastam com o tempo até se tornarem dogmas congelados e improdutivos, muitas vezes servindo a efeitos diametralmente opostos àqueles que se encontravam no princípio do raciocínio.

Na primeira frase do primeiro capítulo da sua obra principal, Vaihinger pontua que “o pensamento científico é uma função da psique”. O próprio termo *psique* não designa uma substância, mas um conjunto dinâmico das assim chamadas ações e reações psíquicas. Em consequência, não cabe comparar a consciência a um espelho que refletiria passivamente a realidade: “a consciência não recebe nenhum estímulo externo que não modele de acordo com o seu próprio critério”. Se sua conclusão é correta, a própria noção de verdade se altera radicalmente: “de um ponto de vista epistemológico moderno, portanto, não se pode mais falar em ‘verdade’, no sentido comum da palavra” (Vaihinger: 22-27).

O conhecimento não somente não existiria sem o pensamento como nem seria sua finalidade última, porque o valor prático ocuparia o primeiro plano. O conhecimento seria como que “o resíduo que sobrara na oficina do pensamento”; se poderia afirmar que “os caminhos do pensamento diferem dos do ser”. Na verdade, a maior e mais importante parcela dos erros humanos ocorreria quando se tomam os caminhos do pensamento por cópias da realidade em si (Vaihinger: 28-34).

O que Vaihinger tenta é desreificar o conhecimento, entendendo-o como um produto sempre provisório de um processo chamado ficção. Emolando um pouco as velhas metáforas da alma e do espírito com a nova metáfora da psique, o filósofo resume o processo de criação interna das ficções:

*As ficções são formações psíquicas. A psique tece esses meios auxiliares a partir de si mesma, pois a alma é criativa; empenhada em razão da necessidade, estimulada pelo mundo externo, ela descobre o tesouro de meios auxiliares que nela se encontra. O organismo se vê posto em um mundo repleto de sensações contraditórias e exposto aos ataques de um mundo externo que lhe é hostil; desse modo, ele se obriga, para sua própria preservação, a procurar todos os possíveis meios auxiliares, tanto externa quanto internamente. É pela necessidade e pela dor que se ascende na evolução do espírito, é pela contradição e pela oposição que a consciência desperta. O homem deve a formação de seu espírito antes a seus inimigos que aos amigos (Vaihinger: 41).*

A aproximação de Hans Vaihinger a Friedrich Nietzsche começa a se impor. Nietzsche também diria que o que não nos mata nos torna mais fortes: enquanto a crítica enrijece, o elogio enfraquece; enquanto a adversidade fortalece, a facilidade debilita; no limite, enquanto a doença intensifica a vida, a saúde aliena. Sua conhecida definição de verdade será retomada, ponto a ponto, por Vaihinger:

*O que é então a verdade? Uma multiplicidade incessante de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, em síntese, uma soma de relações*

*humanas que foram poética e retoricamente elevadas, transpostas, ornamentadas, e que, após um longo uso, parecem a um povo firmes, regulares e constrangedoras: as verdades são ilusões cuja origem está esquecida, metáforas que foram usadas e que perderam a sua força sensível, moedas nas quais se apagou a impressão e que desde agora não são mais consideradas como moedas de valor, mas como metal (Nietzsche, 1987: 69).*

O tom dos dois, porém, não será exatamente o mesmo: enquanto Nietzsche parece fazer uma denúncia, Vaihinger constata; enquanto Nietzsche parece lamentar a perda de valor e da aura da verdade, Vaihinger entende que vê-la como ficção não apenas se revela positivo como liberador, na medida em que responsabiliza diretamente o sujeito que, de dentro, elabora suas necessárias ficções auxiliares. Para ele, todas as representações “não são imagens do que acontece, elas próprias são acontecimentos”; por ser o mundo de representações *produto* do mundo real, “ele não pode ser reflexo do ser” (Vaihinger: 119). Mas Vaihinger concordará que a aceitação das ficções como tal não se afigura tarefa fácil para a maioria das pessoas, na medida em que desestabilizar a realidade implica deixar igualmente inseguros corpo e mente. Como o único meio de estabilizar um corpo em equilíbrio instável é apoiar o corpo em questão sobre uma superfície que não seja ela mesma instável, ou seja, fictícia, passa a se ver como comum a transformação de ficções e hipóteses em dogmas absolutos.

Vimos pouco antes como, para Rosmarin Heidenreich, a teoria de Wolfgang Iser manifestava um potencial emancipatório; podemos reconhecer, agora, este potencial na filosofia que o inspirou, ou seja, na filosofia do *como se*. Agindo como se o mundo existisse tal qual o percebemos, ou tal qual o inventamos, agindo como se nossas ações o modificassem na direção que desejamos, terminamos por nos modificar e às nossas próprias ficções, de tal modo que inventamos a própria coincidência, pela qual devemos nos reconhecer responsáveis. Revela-se assim um processo conseqüente de *leitura* – de livros ou do mundo, tanto faz. É também um processo de desconstrução de dogmas.

Vaihinger comenta expressamente que “o mundo das representações como um todo não é destinado a ser uma cópia da realidade – o que seria tarefa totalmente impossível – mas a nos dar um instrumento com o qual a orientação neste mundo se torna mais fácil”. Entretanto, a facilidade não é imediata, uma vez que as ficções são construções que não apenas contradizem a realidade como terminam por contradizerem-se internamente. Para ele, o pensamento começa divergindo levemente da realidade, através de semificções (*Halbfiktionen*), e acaba precisando operar com estruturas que não contradizem só o que é dado, sendo também contraditórias em si (Vaihinger: 44-5).

Vaihinger é explícito: “todas as verdadeiras ficções se caracterizam pelo fato de serem contraditórias”. O exemplo mais forte seria a própria noção de “espaço”, a qual contém e emoldura enfim todas as representações possíveis. A concepção do espaço teria sido inventada pela mente com a intenção de organizar os acontecimentos – “a massa caótica e contraditória das sensações”. O espaço tridimensional representaria um constructo de representações com

que acabamos por nos familiarizar; como não temos acesso aos acontecimentos reais, os projetamos “para dentro desse espaço, em cujas relações, por assim dizer, eles se espelham” (Vaihinger: 102). As contradições não apenas não devem ser negadas, “elas próprias são o meio graças ao qual é possível alcançar o progresso”; deve-se enfatizar que “o pensamento corrige os erros que comete: nesta asserção simples, expressa-se todo o princípio das ficções” (Vaihinger: 114).

A mais difundida das semificções, como ele as chama, é a “classificação artificial”, entendendo-se aqui que toda classificação seria artificial, como bem brincou Borges em texto famoso. O cientista não sabe como os mundos físico e natural se organizam, mas consegue ter vagas idéias a respeito. A partir destas idéias, formula divisões e subdivisões que seguem a finalidade prática de possibilitar o registro e a rubrica das coisas e ser ao mesmo tempo um instrumento mnemotécnico. Confere-se provisoriamente, à “multiplicidade desconcertante dos fenômenos”, uma ordem superficial. Deve-se ter bastante claro que não se lida direta e imediatamente com a realidade, mas apenas “com construções de representação e formas de pensamento de natureza provisória e indireta”. Vaihinger enfatiza sua preocupação:

*Enquanto estas ficções são estabelecidas como hipóteses, sem que se faça valer a consciência de que são ficções, elas representam, pois, hipóteses falsas. Elas só ganham valor propriamente dito quando são acompanhadas pela consciência de que foram criadas intencionalmente como formas provisórias de representação e que um dia darão seu lugar a sistemas melhores e mais naturais (Vaihinger: 49).*

Pela sua lógica, a ciência seria melhor sempre que se assumisse como ficção necessária para se aproximar do real, e não como retrato objetivo do real – o que aproximaria a ciência, por sua vez, da ficção *stricto sensu*, isto é, da literatura, que desde o princípio se apresenta a seu leitor como ficção. De modo coerente com seu estudo, o filósofo alemão classifica (artificialmente) as ficções em: *abstrativas, esquemáticas, pragmáticas, utópicas, típicas, galantes, simbólicas, jurídicas, personificativas, sumatórias, heurísticas, práticas, matemáticas*.

Ficções abstrativas (ou negligenciadas) abstraem elementos da realidade para nos permitirem operar com um “real” mais enxuto. A expressão científica que indicia este tipo de ficção é *ceteris paribus*, a qual significa: “tudo o mais sendo invariável”. Na realidade, “tudo o mais” estará sempre variando, mas é preciso suspender momentaneamente essa circunstância para se poder construir raciocínio minimamente conseqüente. Modelo exemplar do artifício seria a pressuposição de Adam Smith de que todas as ações dos homens são ditadas tão-somente pelo egoísmo. Sem dúvida, os homens se movem por outros motivos, ou por vários e diferentes motivos ao mesmo tempo, mas Smith considerou conveniente isolar um dos motivos para explorá-lo ao ponto de dele extrair um sistema econômico, *como se* fosse o único e verdadeiro.

Quando Galileu afirmou que um corpo posto em movimento impulsionaria o movimento inicial nele empregado até o infinito sem perda de energia, não apenas pensava a partir de *ceteris paribus*, ou seja, que tudo o mais, especialmente a resistência do ar, deveria ser considerado invariável



(ou deveria ser desconsiderado), como já partia necessariamente de um raciocínio ficcional, graças ao conceito de “infinito” que utilizou. Assim como o conceito de “átomo”, o conceito de “infinito” é forçosamente uma ficção conveniente – se não, onde encontraríamos seu limite para observá-lo melhor e defini-lo? Da mesma maneira, o conceito de “infinitamente pequeno”, que funda toda a Mecânica Quântica, é uma ficção conveniente, assim como o conceito correlato de “átomo”; em termos lingüisticamente rigorosos, algo infinitamente pequeno seria a mesma coisa que nada.

As ficções esquemáticas também poderiam ser chamadas de “ficções dos casos simples”, envolvendo artifícios como supor um homem isolado (em uma ilha deserta) e uma cidade (ou aquela ilha) deserta. As ficções paradigmáticas apareceriam sobretudo na argumentação, quando se demonstra primeiro como existente o que depois precisará ser provado. As ficções utópicas têm fortuna larga na literatura, a partir de Platão, Morus e Campanella, entre outros. As ficções típicas constroem variações em torno de uma forma original hipotética, como a idéia goetheana da planta e do animal originais.

As ficções galantes correspondem às fórmulas convencionais de discurso entre as pessoas. Quando um homem de tempos antigos se despedia do interlocutor, nas cartas, com a expressão “seu humilde servidor”, não queria dizer que fosse de fato servidor do outro, mas sim: “considere-me, nesse momento, *como se* eu fosse o seu servidor”. Quando um moderno se encontra com um conhecido e pergunta “como vai?”, não espera de fato que o outro desfie um rosário de lamentações – aliás, define-se o “chato” como aquele que responde p’ra valer à pergunta “como vai?”. Muitos outros exemplos poderiam ser elencados, todos indicando que as ficções galantes, espécies de meia-verdade, ou de meia-mentira, são indispensáveis para uma convivência social minimamente refinada (ou mesmo minimamente suportável).

As ficções simbólicas (trópicas ou analógicas) nos interessam mais de perto, por se encontrarem próximas das imagens poéticas e dos mitos. Na verdade, “todo conhecimento, desde que não se limite a identificar a sucessão e a coexistência factual, não pode ser senão analógico”, porque “todo conhecimento é apercepção de algo através de algo outro”, operando-se sempre alguma forma de analogia na compreensão. No limite, Kant já demonstrara ser a compreensão do mundo por definição impossível, uma vez que todo gesto de compreender opera sempre com categorias, as quais, em última instância, representam apercepções analógicas. Reconhecer a incognoscibilidade do mundo destrói toda formulação dogmática, favorecendo, ao contrário, a especulação cética (Vaihinger: 65-6). Como diria Maimon, “só o conhecimento simbólico é possível” (em Vaihinger: 67). Dizer que só o conhecimento simbólico é possível não implica, deveria ser óbvio, que nenhum conhecimento seria possível. Mesmo quando as analogias parecem puramente fictícias, como na comparação da sociedade com o organismo humano, elas terminam por servir à dedução de leis teóricas corretas.

As ficções jurídicas são indispensáveis para a prática do Direito. Na *fictio iuris*, considera-se o não-acontecido *como se* tivesse acontecido, ou presume-se o contrário, ou ainda se subsume o caso em uma relação de analogia estritamente contrária à realidade. O jurista Cesare Beccaria, no

século XVIII, fez um alerta bastante claro: “é necessário evitar associar à palavra *justiça* a idéia de algo real, como uma força física ou um ser vivo; ela é uma simples maneira de conceber dos homens” (Beccaria: 46).

As ficções personativas poderíamos chamar também ficções antropomórficas, quando se captam os fenômenos estabelecendo analogias com representações relativas à pessoa humana. O próprio Newton identificava a gravidade, por exemplo, como uma espécie de ficção conveniente, calcada no conceito antropomórfico de “força”. A força, como diria Dubois-Reymond, “não é senão produto velado da tendência irresistível para a personificação, por assim dizer artifício retórico de nosso cérebro, o qual, no desejo de se fazer entender de forma direta, recorre à expressão em tropos porque lhe falta a clareza da representação” (em Vaihinger: 76).

Do mesmo modo, a noção de “causa”, capital para a ciência, seria um outro bom exemplo de ficção antropomórfica: como nós supostamente tivemos uma causa (ou melhor, duas: papai e mamãe), então *tudo* deve ter uma causa. Ainda que essa improvável conclusão fosse verdade, teríamos acesso tão-somente aos efeitos, não às causas. A causalidade “representa uma ficção analógica e, no final das contas, não é outra coisa senão uma palavra”; por isso, todo provar e compreender seria, no fundo, apenas tautologia: nomeamos a coisa e depois a explicamos pelo seu nome (Vaihinger: 77). Assim, o nome fica latejando e parece a coisa, ou: o nome é o mais perto que chegamos da coisa. Para o filósofo, “nunca teremos acesso ao assim chamado enigma do mundo (*Welträtsel*) pois a maior parte do que nos parece enigmático são contradições que nós mesmos geramos, contradições que nascem da interação lúdica com meras formas e cascas do conhecimento” (Vaihinger: 79). O *haikai* de Paulo Leminski, encontrado em um cartão postal, nos chama a atenção para esse caráter indeterminado, por isso mesmo latejante, do nome:

*A noite – enorme  
tudo dorme  
menos teu nome.*

Desses versos emerge antiga proposição: *quo melior grammaticus eo melior philosophus* – quanto melhor o gramático, melhor o filósofo. Filosofasse, antes e principalmente, sobre nomes, frases e textos, do que sobre seres, entes ou coisas. Logo, tampouco escapariam à condição ficcional os chamados conceitos gerais, os quais Vaihinger considera ficções sumatórias. Os conceitos, de todas as ficções, seriam os primeiros a sucumbir ao destino comum de quase todas elas: serem hipostasiados, isto é, serem tomados por realidade quando não seriam mais do que nomes ou relações. Desde que se lembre sempre o seu caráter ficcional, os conceitos são úteis, por substituírem, enquanto expressão sintetizadora, uma série incontável de fenômenos individuais. Considerá-los ficções não deve implicar censura, uma vez que se caracterizam como “invenções úteis” (Vaihinger: 80).

As ficções heurísticas levantam hipóteses de trabalho que, a despeito de verdadeiras ou falsas, são adotadas a título provisório como idéia diretriz na investigação dos fatos; de certo modo, supõem a resposta ou a conclusão

no início do raciocínio e não no seu final. Este tipo de ficção remete logo à conhecida sentença de Isaac Newton, *hypotheses non fingo*, que a formulou a partir da distinção entre *causa vera* e *causa ficta*. Alguns traduziram a sentença como “eu não finjo hipóteses” e imediatamente criticaram o cientista por ter formulado as suas hipóteses. Entretanto, Newton põe o acento em *fingo*, obrigando a traduzir a sentença como “as minhas hipóteses não são fingidas”.

Terá sido provavelmente a partir da sentença newtoniana que Vaihinger tenta distinguir hipótese de ficção; entretanto, toda a sua filosofia nos mostra a hipótese como uma espécie válida e nobre de ficção. Do seu próprio ponto de vista, “são permitidas pressuposições fictícias desde que sejam concebidas com a consciência de sua verdadeira natureza”. As ficções, bem como as hipóteses, seriam “más” se escamoteiam seu caráter ficcional, e seriam “boas”, ou seja, fecundas, se explicitam esse caráter.

As ficções práticas são aquelas ligadas à vida prática, ao cotidiano; também se podem chamá-las ficções éticas. O conceito de “liberdade” exemplifica-as à perfeição, até por mostrar bem o caráter autocontraditório de toda ficção. Para um neo-positivista, como Vaihinger, “o conceito não só contradiz a realidade observada, onde tudo se realiza conforme leis imutáveis, ele ainda se contradiz a si mesmo: pois uma ação absolutamente livre e casual que então advém de nada possui tão pouco valor ético quanto uma ação absolutamente necessária”. A despeito da contradição, no entanto, o conceito é utilizado não apenas na vida cotidiana, mas constitui o fundamento de todo o Direito Penal. Sem a pressuposição de liberdade não se pode introduzir a pressuposição correlata de responsabilidade, sem a qual, por sua vez, a punição não faz sentido. A humanidade teria criado essa importante construção conceitual porque somente com base nela “são possíveis as formas mais altas de civilização e moral”, o que não impede discernir na construção em si “uma monstruosidade lógica, uma contradição” (Vaihinger: 87).

Quando o filósofo diz que na realidade observada tudo se realiza conforme leis imutáveis, ele se trai e apresenta uma pressuposição, uma hipótese, como se já fosse um fato. Reconhecendo, porém, que ele escreveu na virada do século XIX para o século XX, pode-se compreender melhor o contexto do seu pensamento, vinculado estritamente ao kantismo e fortemente influenciado pelo positivismo, vale dizer, pela procura de evidências. Neste sentido, seu elogio da ficção é revolucionário, antecedendo de muito os melhores epistemólogos do século XX. Feita esta ressalva, cabe reconhecer a contradição embutida em um conceito prático como o de liberdade, a partir do próprio senso comum que se refere a ela com duas expressões emblemáticas: “liberdade sim, mas com limite!”, e “liberdade sim, mas com responsabilidade”.

Se não há limite – por exemplo, a responsabilidade – não se pode dizer que haja liberdade, mas apenas o caos, ou talvez a lei do mais forte. Se há limite, todavia, por definição não se pode dizer também que haja liberdade, uma vez que a liberdade se define, nos dicionários, como “condição daquele que não se acha submetido a qualquer força constrangedora física ou moral”, ou “estado daquilo que está solto, sem qualquer empecilho tolhendo os seus movimentos”. Observando rigorosamente, que animal, inclusive e principalmente o animal humano, não se acha submetido a alguma força

constrangedora física, ou moral?; que animal não enfrenta nenhum empecilho tolhendo os seus movimentos?

O historiador Fernand Braudel opunha o tempo curto da nossa vida igualmente muito curta à longa duração da História – nela, as grandes mudanças já não parecem mudanças, mas sim repetições. Nós teríamos herdado uma água profunda em que navegamos às cegas *como se* fosse raso... Nessa superfície ilusória nos acreditamos livres, pensando que o homem faz a História, quando a recíproca – a História faz o homem – seria, infelizmente, mais verdadeira (Braudel, 1992: 372).

O aparente rigor dos dicionários e a observação altamente pertinente de Braudel, porém, podem não se revelar produtivos sempre, conduzindo, como em argumento anterior, a espécies de niilismo ou à defesa de qualquer tirania. Justifica-se antropológicamente, assim, com Vaihinger e depois com Iser, a necessidade da ficção, isto é, a necessidade do “como se”: cabe-nos agir *como se* fôssemos livres, para que possamos nos relacionar, civilizadamente, *como se* fôssemos responsáveis.

No 10º Simpósio Vilém Flusser, na Suíça, em 2001, a pesquisadora italiana Francesca Rigotti questionou Flusser, que dizia ter escolhido migrar e, em conseqüência, ter escolhido a língua portuguesa como outra língua materna. Para ela, o filósofo tcheco-brasileiro teria elaborado uma conveniente justificativa *a posteriori*, uma vez que tanto a migração (forçada pela invasão nazista em Praga) quanto a língua portuguesa lhe teriam sido impostas pelas circunstâncias, de resto nada agradáveis, que não se encontravam sob o seu controle. Flusser não teria selecionado o Brasil, entre todos os países do mundo, para migrar, mas as circunstâncias é que lhe apontaram como única rota de fuga aquele país sul-americano.

Na ocasião, discordamos de Rigotti. Recorrendo a outro exemplo, agora na primeira pessoa do singular: em termos de lógica estrita eu não poderia ter escolhido a mulher que vive a meu lado, uma vez que não teria tido a oportunidade de conhecer (e experimentar) todas as mulheres do mundo. Ao mesmo tempo, porém, eu preciso escolher a mulher que vive a meu lado todos os dias, para viver uma vida realmente boa. Logo, não escolhemos liberalmente entre muitas possibilidades, porque na verdade cada escolha importante se dá em razão de uma possibilidade única. Eu sou eu e minhas circunstâncias, lembrava Ortega Y Gasset.

Formulando de outra maneira: como, em termos rigorosos, não escolho as minhas circunstâncias, preciso escolhê-las cotidianamente. Preciso agir *como se* fosse livre para fazê-lo, sem o que me comporto como menos do que um homem. A liberdade “é só uma coisa do pensamento (*Gedankending*)”, mas se precisa preservar esse ideal imaginário da mesma maneira que os matemáticos cuidam dos seus pontos ideais imaginários. Pode haver “verdades estéreis”, como a noção de que a liberdade não existe, e “erros fecundos”, como a noção de que a liberdade, sim, existe (Vaihinger: 90).

Esta reflexão sobre a liberdade mostra-se fundamentalmente kantiana, remetendo tanto à *Crítica da Razão Prática* quanto aos imperativos categóricos. Exige-se substituir o *porquê* pelo *como se*.

*A moral propriamente dita só existe se ela se apóia sobre um fundamento fictício. Mas todas as bases hipotéticas – Deus, imortalidade, benéfico, punição etc – destroem o seu caráter ético; isto é, devemos agir com a mesma responsabilidade e com a mesma seriedade como se o nosso dever fosse imposto por Deus, como se tivéssemos de ser julgados por isso, como se fôssemos punidos por imoralidade. Entretanto, assim que o “como se” se transforma em “porque”, acaba o seu caráter puramente ético e ele passa a ser apenas interesse vil e ignóbil, mero egoísmo (Vaihinger: 92).*

A civilização ocidental cristã, por exemplo, se funda sobre uma hipótese: ajo como se Deus existisse e me ordenasse o que fazer; ao mesmo tempo, ajo como se fosse livre para não obedecer, ou seja, obedeco porque escolho obedecer. Porém, no momento em que se perde a consciência do caráter ficcional desta como de toda hipótese, no extremo se mata em nome de Deus ou de Alah, e no cotidiano eu passo a agir “bem” *porque* quero ir para o céu. Rezo à divindade, ou a um seu intermediário, como São Judas Tadeu ou Nossa Senhora, pedindo uma graça que implicará, muitas vezes, a desgraça de outrem.

Assim como o Direito, a Matemática também assume suas ficções, considerando-as, mais do que necessárias, indispensáveis. Concebe, por exemplo, a linha curva como um número infinito de linhas retas, de modo a poder efetuar cálculos com as linhas curvas *como se* fossem retas. Inventa quantidades absolutamente imaginários, como aquela suposta pela expressão  $v-l$ . Seus conceitos básicos são o ponto, a linha, a superfície, “nomeadamente pontos sem extensão, linhas sem largura, superfícies sem profundidade, espaços sem conteúdo”, ou seja, ficções – e ficções contraditórias. Concede-se existência ao Zero, por definição uma não-entidade, e assim se garante o desenvolvimento vertiginoso dessa ciência – melhor diríamos, se disséssemos “dessa linguagem”. A Matemática, com seus zeros inexistentes mas fecundos, informa não apenas a Física mas também a Metafísica, isto é, a Filosofia:

*Tal qual Descartes calcula as curvas pela redução a coordenadas, a abscissas e ordenadas, Kant reduz o “mundo” à relação entre duas coordenadas epistemológicas, sujeito e objeto. Assim como linhas curvas não se deixam reduzir por completo – sempre interfere o conceito proibido do infinito – assim também não se reduz o mundo exclusivamente à relação de sujeito e objeto; resta a Ding an sich, um não-conceito místico. Ou seja, igualmente em Kant ocorre uma transferência não-justificada da relação de sujeito e objeto de uma esfera onde é válida para outra em que não se mantém mais. É verdade então que as impressões sensitivas são redutíveis a uma relação do sujeito com o objeto, mas querer reduzir todo o mundo a esta relação leva ao contrasentido. E mesmo assim teve esta idéia conseqüências tão iluminadoras! (Vaihinger: 111)*

A divisão do mundo em coisas-em-si = objetos e coisas-em-si = sujeitos “é a ficção original (*Urfiktion*) da qual, em última instância, dependem todas as demais” (Vaihinger: 137). A realidade pode ser “entendida” com mais facilidade se reduzida a relações subjetivas, as quais contrastam com um X desconhecido. A este X corresponderia, enquanto outra coordenada, um Y desconhecido – deste modo, o conhecimento encontra seu apoio quer em

um chão imaginário, quer em uma parede igualmente imaginária, “encontráveis” nas extremidades das coordenadas. Mas em determinado momento matemáticos e filósofos precisam deixar de lado suas coordenadas, isto é, suas hipotéticas linhas auxiliares: “o ser verdadeiro e último há de ser pensado como fluxo uniforme de sucessões e coexistências”. Neste sentido dinâmico, “embora os caminhos da realidade difiram dos do pensamento, o pensamento se encontra sempre de novo com a realidade” (Vaihinger: 257).

Como a Matemática, eminentemente linguagem e obra de ficção, pôde se tornar o paradigma da ciência exata, assustando aqueles estudantes e cidadãos comuns que nunca encontram a resposta “certa”? Provavelmente pelo mesmo processo que transforma metáfora em catacrese, hipótese em dogma, ficção em seu contrário. O juízo fictício, por economia de termos, tende a ser abreviado até não se distinguir do juízo categórico-assertórico. Por exemplo, a proposição “o círculo deve ser considerado um polígono composto de número infinito de lados infinitamente pequenos” é logo abreviado para a definição “o círculo é um polígono composto com um número infinito de lados infinitamente pequenos”, chegando na sala de aula e no livro didático desta forma: “o círculo é um polígono” (Vaihinger: 409).

Matemáticos minimamente conscientes da sua ciência sabem que partem de e chegam a suposições – sempre. O mesmo pode não acontecer com estudantes, ou mesmo com aqueles professores da disciplina que tão-somente fazem contas (sem atinar que todas as contas, por definição, são “contas de chegar”, ou seja, meios tão-somente de aproximação). O caso talvez seja ainda mais grave em outros campos. Na Física, “a matéria é composta por átomos” constitui proposição reconhecida como ficção produtiva para quem o propôs, a qual pode ser lida como mero dogma, gerando-se a postura que vira as costas para a ciência e para o método científico.

Na religião, “tais abreviações são mais nocivas e fatais”; a ficção consciente do Mestre vira logo a seguir dogma para o discípulo. Não à toa Jesus teria falado por alegorias, cujos termos foram, com o tempo, se enrijecendo e se dogmatizando: “Cristo disse!”, ou, “o Profeta falou!”, expressões usualmente acompanhadas de um dedo acusador apontado em riste para o interlocutor passam a introduzir proibições, restrições ou acusações, a despeito de partirem de expressões fictícias que procuravam, algures, entender o mundo e os homens.

Retorna outra antiga proposição: *timor fecit Deos* – o temor criou deuses. Kant, no entanto, a teria modificado para: *ratio facit Deum* – a razão cria Deus, o qual se pode ver como “um objeto representado sob a imagem de uma sombra” (em Vaihinger: 480).

A despeito da sua flagrante capacidade de suspender os juízos, quer para deixá-los sob crivo crítico, quer para elevá-los a patamar mais refinado, Hans Vaihinger, como muitos pensadores que recorrem ao arsenal cético, não quer ser reconhecido como cético. Ele equipara os céticos aos sofistas, supondo que ambos pretendam desnudar o real de todos os conceitos, de todos os artifícios discursivos de apoio (*Handhaben*), para melhor abster-se de juízos. Crê que nos quedaríamos indefesos sem os meios auxiliares discursivos, só nos restando o silêncio e a observação de um ponto cego no

espaço. O ceticismo agiria como se o pensamento fosse fraco demais para o conhecimento da verdade, como se a verdade fosse um Sol a que não se pudesse olhar com os olhos desnudos – mas não consideraria a possibilidade de óculos escuros, ou seja, de meios auxiliares, enfim: de ficções.

Embora reconheça que só podemos encontrar uma teoria da ficção na Antigüidade entre os cétricos gregos, os quais já se encontravam cientes do hiato entre o pensar e o real, entendeu que eles não avançaram do negativismo cético para o positivismo crítico. Os gregos se teriam revelado tão dependentes da realidade imediata que, no momento em que a submetem a uma crítica mais consistente como a dos cétricos, acabam por sucumbir à resignação teórica (Vaihinger: 234). Portanto, “é preciso que não sejamos dogmáticos nem cétricos mas sim críticos” (Vaihinger: 262). Vaihinger prefere a designação de “relativista” para a sua filosofia do “como se”, à medida que ela descarta todos os pontos absolutos tanto no sentido matemático quanto no sentido metafísico (Vaihinger: 603).

Ser “crítico”, porém, nos parece equivalente a ser “criativo”, ambas as designações supondo um sujeito que sabe, e ainda sabe mais do que os outros; por isso, este sujeito-que-acha-que-sabe põe a si mesmo no lugar de quem pode criticar tanto a realidade quanto os demais.

Nossa hipótese, que trabalharemos melhor nos desdobramentos futuros desse texto, é de que o ser “cético” supõe, ao contrário, modéstia radical, combinada a uma investigação interminável, por sua vez todo o oposto de inércia ou resignação teórica.

## Referências Bibliográficas

- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Lucia Guidicini e Alessandro Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- COSTA LIMA, Luiz (org). *Teoria da literatura em suas fontes*: volume II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético* – volume I. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- MAKARYK, Irena (ed). *Encyclopedia of contemporary literary theory: approaches, scholars, terms*. Toronto: University of Toronto Press, 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O livro do filósofo*. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1987.
- UNAMUNO, Miguel de. *Do sentimento trágico da vida*. Tradução de Cruz Malpique. Porto: Editora Educação Nacional, 1953.
- VAIHINGER, Hans. *A filosofia do como se: sistema das ficções teóricas, práticas e religiosas da humanidade, na base de um positivismo idealista*. Tradução de Johannes Kretschmer. Manuscrito inédito.

